

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Enfoques e Agendas

Atena Editora



Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
ENFOQUES E AGENDAS**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas na educação brasileira: enfoques e agendas /
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2018.
214 p. : 916 kbytes – (Políticas Públicas na Educação Brasileira;
v. 6)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-93243-79-0
DOI 10.22533/at.ed.790182703

1. Direitos humanos na educação. 2. Educação e Estado –
Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. I. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos
aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

EIXO 1: DIREITOS HUMANOS

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONTRIBUIÇÕES DO SABER FILOSÓFICO

Tércio Ramon Almeida Silva e Patrícia Cristina Aragão 6

CAPÍTULO II

DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR E ORGANIZACIONAL – UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA DOCUMENTAL NA PARAÍBA

Raquel Martins Fernandes Mota, Jonas Cordeiro de Araújo, Rodrigo Ribeiro de Oliveira Pinto, Hiago Felipe Lopes e Amanda Silva de Lima 15

CAPÍTULO III

EMPREENDENDO A EXCELÊNCIA DOS VALORES HUMANOS NAS ESCOLAS DE IGARASSU: NÃO AO BULLYING, AUTOMUTILAÇÃO E QUALQUER FORMA DE DISCRIMINAÇÃO

Arlene Benício de Melo Alves 36

CAPÍTULO IV

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DETERMINANTES NO CONTEXTO FAMILIAR E GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

Ronaldo Silva Júnior e Luciana Letícia Barbosa Silva Gomes 45

EIXO 2: GESTÃO

CAPÍTULO V

A COORDENAÇÃO DO 1º SEGMENTO NO CAP JOÃO XXIII/UFJF: A BUSCA DE UMA PRÁTICA DEMOCRÁTICA

Miriam Raquel Piazzini Machado e Alesandra Maia Lima Alves 55

CAPÍTULO VI

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Maria Virilândia de Moura Luz, Erivana D’Arc Daniel da Silva Ferreira, Zélia Maria de Lima Pinheiro, Maria Cláudia Paes Feitosa Jucá, Rosiléa Agostinha de Araújo e José Cleóstenes de Oliveira 65

CAPÍTULO VII

NOÇÃO DE MARKETING EDUCACIONAL: A PARTIR DAS ATIVIDADES DA GESTÃO DA ESCOLA ESTADUAL FENELON CÂMARA

Ilda Andrade de Lima 78

CAPÍTULO VIII

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: UMA POLÍTICA DE APROXIMAÇÃO PARENTAL SOB A
ÉGIDE DA GESTÃO ESCOLAR?

Josilene Queiroz de Lima 88

EIXO 3: SERVIÇO SOCIAL

CAPÍTULO IX

O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE A
IMPORTÂNCIA DO/A ASSISTENTE SOCIAL NOS PROCESSOS DE TRABALHO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Angely Dias da Cunha e Jéfitha Kaliny dos Santos..... 101

EIXO 4: SOCIOLOGIA E FILOSOFIA

CAPÍTULO X

A EDUCAÇÃO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Marineide da Mota Mercês e Maria do Carmo Barbosa Melo..... 118

CAPÍTULO XI

A INFLUÊNCIA DA SOCIALIZAÇÃO ACADÊMICA NA CONSTRUÇÃO DAS PERSPECTIVAS
DE APRENDIZAGEM

Ana Lucia Andruchak 133

CAPÍTULO XII

AS FILOSOFIAS E A FILOSOFIA DA PRÁXIS EM GRAMSCI: CONHECIMENTO E AÇÃO

Otacílio Gomes da Silva Neto 141

CAPÍTULO XIII

CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO PARA A ENFERMAGEM:
REFLEXÕES TEÓRICAS

Bruno Neves da Silva e Manoel Dionizio Neto 153

CAPÍTULO XIV

CINE DIÁLOGOS: CONTRIBUIÇÕES À ORGANIZAÇÃO DO CINEMA E AO USO DE FILMES
EM SALA DE AULA

Dannyel Brunno Herculano Rezende..... 163

CAPÍTULO XV

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DA REPRODUÇÃO NO SUCESSO ESCOLAR, SOB A
ÓTICA DA SOCIOLOGIA DO IMPROVÁVEL

Germana Lima de Almeida, Danielle dos Santos Costa e Constantin Xypas 175

CAPÍTULO XVI

O DESAFIO DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

*Ana Paula Ferreira Agapito, Adriano Amaro da Silva, Claudivania de Almeida
Laurentino, Fernanda Ramalho dos Santos Carvalho e Lielia Barbosa Oliveira*... 188

CAPÍTULO XVII

SUCESSO ESCOLAR IMPROVÁVEL: ASPECTOS DISTINTIVOS DE UMA TEORIA DA REPRODUÇÃO NO BRASIL

Danielle dos Santos Costa, Germana Lima de Almeida, Iuska Kaliany Freire de Oliveira e Constantin Xypas..... 196

CAPÍTULO VI

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

**Maria Virlândia de Moura Luz
Erivana D’Arc Daniel da Silva Ferreira
Zélia Maria de Lima Pinheiro
Maria Cláudia Paes Feitosa Jucá
Rosiléa Agostinha de Araújo
José Cleóstenes de Oliveira**

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Maria Virlândia de Moura Luz

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Juazeiro do Norte

Juazeiro do Norte - Ceará

Erivana D’Arc Daniel da Silva Ferreira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Juazeiro do Norte

Juazeiro do Norte - Ceará

Zélia Maria de Lima Pinheiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Juazeiro do Norte

Juazeiro do Norte - Ceará

Maria Cláudia Paes Feitosa Jucá

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Juazeiro do Norte

Juazeiro do Norte - Ceará

Rosilêa Agostinha de Araújo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Juazeiro do Norte

Juazeiro do Norte - Ceará

José Cleóstenes de Oliveira

Faculdades Integradas de Patos/FIP

Crato – Ceará

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo principal analisar como se desenvolve a gestão na escola municipal Borges de Sousa da cidade de Picos-PI, verificando qual o grau de envolvimento da comunidade escolar interna na tomada de decisões, bem como com os projetos e as atividades propostas pela gestão. Nesse contexto, ressalta-se que a gestão educacional no século XXI precisa estar fundada nos princípios democráticos, priorizando o diálogo, a participação e a descentralização das decisões. Sendo assim, a escolha desse tema surgiu da necessidade de discutir de modo mais aprofundado sobre o relevante papel da gestão escolar na construção de uma educação de qualidade. Desse modo, a pesquisa trata-se de um estudo de caso realizado em uma escola municipal da cidade de Picos-PI. Em relação à natureza da pesquisa, é do tipo qualitativa. Como instrumento de coleta de dados foi aplicado em novembro de 2015 um questionário a professores, vigias e zeladoras da escola. Verificou-se que a gestão da escola investigada se preocupa em ouvir, motivar e envolver sua equipe nas decisões, atividades e projetos que são desenvolvidos, o que repercute no modo como a equipe colabora com o que é proposto pelos gestores e que contribui com a oferta de uma educação significativa na escola. Entretanto, nota-se que a escola, bem como o trabalho da gestão,

apresenta algumas fragilidades que precisam ser repensadas e rediscutidas visando à oferta de uma educação cada vez mais de qualidade para a comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Escolar. Participação. Gestão Democrática.

1- INTRODUÇÃO

A qualidade na educação é tema recorrente nos estudos, diálogos e discussões educacionais. A educação no século XXI precisa ir além da mera transmissão do saber escolar, deve ser capaz de contribuir com uma formação ética, cidadã e crítica, bem como de preparar os educandos para intervir na sociedade, gerando transformações sociais significativas. Além disso, carece “[...] se aproximar mais dos aspectos éticos, coletivos, comunicativos, comportamentais, emocionais, todos eles necessários para se alcançar uma educação democrática dos futuros cidadãos” (IMBÉRNON 2000 *apud* GADOTTI, 2003, p. 25).

Assim, destaca-se o papel da gestão escolar como instrumento de fundamental importância para que esses propósitos se tornem realidade na escola. Portanto, a gestão precisa estar fundada nos princípios democráticos, priorizando o diálogo, a participação e a descentralização das decisões. O gestor deve agir com ética e compromisso de modo a instigar a integração e a participação de todos os envolvidos no contexto educacional nas decisões, atividades e projetos da escola.

Ressalta-se que o gestor precisa ter habilidade de comunicação para que consiga motivar a equipe, sendo capaz de extrair o melhor que cada um tem a oferecer, sabendo ouvir, dialogar e mediar os conflitos que surgem no cotidiano da escola. (TAVARES, 2009).

Partindo desse pressuposto, destacamos a relevância das discussões sobre gestão escolar, que segundo Heloísa Lück (2009, p. 24):

É o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico e comprometido com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências), de participação e compartilhamento (tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados) e auto-controle (acompanhamento e avaliação com retorno de informações). [...] Constitui uma dimensão e um enfoque de atuação em educação, que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais de ensino, orientados para a promoção efetiva da aprendizagem dos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade complexa, globalizada e da economia centrada no conhecimento.

Nesse contexto, Luckesi (2007) assegura que a escola, a sala de aula é local privilegiado para ensinar o respeito a si mesmo, ao outro e ao meio ambiente. Coloca

que a proposta de educação do século XXI defendida pela UNESCO está ancorada no “viver junto” e que, portanto, a escola precisa caminhar nessa direção.

Segundo Edgar Morin (2000), a educação deve ir além da transmissão de conhecimentos formais, fragmentados em disciplinas, descontextualizados. É necessário haver uma religação dos saberes. Os saberes formais não são e não podem ser tratados, nos ambientes educacionais, como dissociados das esferas éticas, estéticas, culturais, espirituais e sociais dos indivíduos.

Assim, o papel do gestor é de fundamental importância para que esses propósitos se concretizem na escola. Deve assumir essa tarefa com ética, compromisso, motivação e responsabilidade, instigando a comunidade escolar a partilhar e colaborar com essas aspirações.

Tavares (2009) salienta que os dirigentes devem instigar a participação de toda a comunidade escolar e local nos processos decisórios, por meio de uma gestão integrada que seja capaz de despertar nos envolvidos no processo educacional o espírito de colaboração e compromisso com a escola. Mediante isso, prepondera-se a discussão sobre gestão democrática e participativa.

Para Dourado (2006, p. 58) a gestão democrática, “[...] no sentido *lato*, pode ser entendida como espaço de participação, de descentralização do poder e de exercício de cidadania”. Vale ressaltar que a gestão democrática é um dos princípios do ensino que está regulamentado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, e no inciso VIII do artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996).

Além disso, a meta 19 do Plano Nacional de Educação em vigência (2014-2024) é direcionada à gestão democrática, que é vista como um mecanismo que traz melhorias para os sistemas de ensino e para as políticas na área da educação. O decreto nº 12.765, de 19 de setembro de 2007, do estado do Piauí, regulamenta o art. 119 da Lei Complementar nº 71, de 26 de julho de 2006, disciplinando a gestão democrática nas escolas da Rede Pública Estadual de Ensino no Piauí, garantindo, em seu artigo 1º, inciso VI “a descentralização do processo educacional”.

Entretanto, para além da legislação, Dourado (2006, p. 58-59) assevera que para que a gestão democrática se efetive concretamente nas escolas é necessário:

[...] instituir processos de efetiva participação política; da gratuidade do ensino; da universalização da educação básica e superior; do planejamento e da coordenação descentralizados dos processos de decisão e de execução; do fortalecimento das unidades escolares por meio da efetivação da autonomia das unidades escolares; da articulação entre os diferentes níveis de ensino; da definição coletiva de diretrizes gerais para a educação nacional; da exigência de planos de carreira para o magistério público; da vinculação de verbas para a educação; da democratização das formas de acesso, permanência e gestão.

Além disso, a gestão escolar deve se desvincular da tendência burocrática, que tende a centralizar e emperrar os processos, para dar lugar a possibilidades de construção coletiva das diretrizes, normas e procedimentos que norteiem o processo de ensino-aprendizagem, de modo que todos tenham direito de emitir suas opiniões,

contribuindo com a mudança de paradigma da educação, que em muitos casos ainda é pautada na unilateralidade do processo decisório.

Luckesi (2007, p. 2) amplia ainda mais esta discussão quando expõe que:

[...] democrática e participativamente, a comunidade pode e deve, junto com a escola, cuidar de sua manutenção e integração em seu espaço; os pais podem e devem, de modo ativo e comprometido, participar, junto com a escola e seus educadores, da orientação dos seus filhos e estudantes para a vida escolar e para a vida fora da escola, participar da manutenção da escola e de sua integração com a comunidade; os professores podem e devem cuidar da manutenção da escola em termos de não-deprecação dos móveis e de seu espaço físico, de limpeza, assim como dos estudantes que forem adjudicados a eles, para que efetivamente aprendam e se desenvolvam; os estudantes podem e devem cuidar do espaço físico da escola, sua manutenção e limpeza, da biblioteca, dos jardins, dos móveis e, principalmente, assumirem responsabilidade de sua aprendizagem e desenvolvimento. Os estudantes necessitam de aprender a viver em grupos, o que exige cuidados bem específicos consigo mesmo, com o meio e com os outros, no que se refere ao estudo, à aprendizagem, ao cumprimento de suas tarefas.

Para Silva (2009) a escolha do diretor por meio das eleições diretas também contribui com a concretização de uma gestão mais democrática. Defende que quando o diretor é eleito pela comunidade há mais chances desta colaborar com suas propostas de trabalho.

A esse respeito Tavares (2009) destaca que em muitas escolas ainda vigora a indicação política de diretores e que isto está muitas vezes vinculado à troca de favores que pode prejudicar a qualidade da educação ofertada. Nesses casos, corre-se o risco dos anseios de uma minoria prevalecer em detrimento aos da coletividade.

Entretanto, Dourado (2006) adverte que apesar de referendar a escolha dos diretores por meio das eleições diretas, deve-se ter cuidado para que essas eleições não introjetem os vícios dos pleitos para escolha dos representantes políticos, evitando, dentre outras coisas, que o voto seja trocado por futuras regalias particulares advindas dele. Por isso, chama a atenção para a necessidade de garantir a implantação de outros organismos de participação colegiada na escola.

Portanto, nota-se que apenas a escolha dos gestores através do voto não é suficiente para garantir a democratização do ambiente educacional. É necessária a efetivação de vários mecanismos de participação, dentre eles, o Projeto Político Pedagógico, o Conselho Escolar e o Conselho de Classe.

Tendo por base esse contexto, a escolha desse tema surgiu da necessidade de discutir de modo mais aprofundado sobre o relevante papel da gestão escolar na construção de uma educação de qualidade. Tem como objetivo principal analisar como se desenvolve a gestão na escola municipal Borges de Sousa, da cidade de Picos-PI, verificando qual o grau de envolvimento da comunidade escolar interna na tomada de decisões, bem como com os projetos e as atividades propostas pela gestão. Além disso, propõe desenvolver discussão teórica sobre a gestão

educacional e sua relevância para o processo de ensino-aprendizagem, bem como discutir sobre o Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada.

Vale destacar que o presente artigo está fundamentado nas teorizações de Lück (2009), Luckesi (2007), Tavares (2009), dentre outros autores que subsidiam as discussões e reflexões relacionadas à gestão escolar.

Com a concretização desse trabalho, espera-se suscitar outras pesquisas nesse campo de estudo e contribuir com a promoção de debates e reflexões acerca do tema em espaços sociais e educativos, levando educadores, alunos e sociedade em geral a refletirem de maneira mais aprofundada sobre o papel da gestão educacional.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida como requisito para aquisição do título de especialista em Gestão Educacional pela Faculdade Integrada de Patos/polo Crato-CE e revista em 2017, com a colaboração das co-autoras. Trata-se de um estudo de caso realizado em uma escola municipal da cidade de Picos-PI. Em relação à natureza da pesquisa é do tipo qualitativa. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.32), a pesquisa qualitativa preocupa-se “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

Desse modo, com a concretização desta pesquisa, pretendeu-se analisar como se desenvolve a gestão na escola municipal Borges de Sousa da cidade de Picos-PI, verificando qual o grau de envolvimento da comunidade escolar interna na tomada de decisões, bem como com os projetos e as atividades propostas pela gestão.

A escolha pela escola municipal Borges de Sousa se deu devido ela ser considerada pela Secretaria Municipal de Educação de Picos como uma das escolas que se destaca no desenvolvimento de projetos significativos, o que, segundo a Secretaria, tem trazido resultados positivos no que diz respeito à aprendizagem dos educandos. A pesquisa foi realizada com os professores, vigias e zeladoras da escola.

Foi desenvolvida uma análise documental do Projeto Político Pedagógico da escola e realizada uma pesquisa de campo. Como instrumento de coleta de dados foi aplicado nos dias 19 e 20 de novembro de 2015 um questionário com sete questões abertas a professores e demais servidores da escola. Participaram da pesquisa nove professores, um vigia e uma zeladora. Ressalta-se que os dados coletados serão analisados e discutidos no capítulo seguinte, no qual trataremos também do Projeto Político Pedagógico da escola.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. A GESTÃO DA ESCOLA MUNICIPAL BORGES DE SOUSA A PARTIR DA PERSPECTIVA DO SEU PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A escola municipal Borges de Sousa é localizada na Rua Projetada, s/n, Povoado Umarí, zona rural da cidade de Picos-PI. Oferta educação infantil: Maternal, Jardim I e II e ensino fundamental: 1º ao 7º Ano. Foi fundada em 04 de março de 1969 no governo do então prefeito de Picos, Helvídio Nunes de Barros. Recebeu a denominação em homenagem ao doador do terreno, Pedro Borges de Sousa (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2015)

O corpo docente é formado por 17 (dezessete) professores, sendo 25% com regime de 40 horas e 75% com regime de 20 horas, destes, 90% são efetivos e 10% são celetistas. Quanto à graduação 100% possuem curso superior e 80% possuem especialização. Já o corpo discente totaliza 154 alunos distribuídos nos dois turnos (manhã e tarde). A parte administrativa é composta por 01(um) diretor, 01(uma) coordenadora pedagógica/Mais Educação, 02(dois) secretários, 02(dois) vigias, 01(uma) merendeira, 03(três) zeladoras (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2015).

A escola desenvolve vários projetos, tais como: Leitura e Escrita, Meio Ambiente, Cultura Popular, Histórias de Vidas, dentre outros, “visando melhorar a aprendizagem do aluno, conscientizar sobre a importância da preservação ambiental e resgatar os costumes dos nossos antepassados, bem como, outras melhorias em prol do crescimento intelectual e moral do mesmo” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2015, p. 6).

Segundo o Projeto Político Pedagógico-PPP (2015), a escola apresenta alguns problemas internos e externos. Os internos são: baixo rendimento acadêmico dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática nas séries iniciais do Ensino Fundamental; ausência da família no acompanhamento escolar dos educandos inseridos nas modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental; dificuldade em fazer com que alguns alunos sigam as normas disciplinares da escola; estrutura física que não oportuniza as práticas esportivas devido à falta de uma quadra esportiva. Falta também sala de leitura, dificultando o desempenho das atividades escolares. Já os externos são: falta de acompanhamento de alguns pais nas tarefas escolares; baixa participação de alguns pais nas reuniões bimestrais e falta de envolvimento da comunidade.

Tais problemas devem ser superados com a colaboração de toda a comunidade escolar e local, pois “o ensino-aprendizagem é um processo contínuo, coletivo, participativo, assumido por toda equipe escolar e pela comunidade em prol de uma educação de qualidade” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2015, p. 7). O documento acrescenta que:

O projeto se dá de forma coletiva, onde todos os personagens direta ou indiretamente, pais, professores, alunos, funcionários, corpo técnico-administrativo são responsáveis pelo seu êxito. Assim, sua eficiência

depende, em parte, do compromisso dos envolvidos em executá-lo (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2015, p. 9).

Desse modo, a escola prima pela democracia e acredita que a construção do conhecimento se dá de maneira coletiva, onde todos os envolvidos com o contexto escolar são corresponsáveis pelo seu sucesso. No tocante à gestão propriamente dita, o documento aponta que “[...] todas as atividades devem ser coordenadas pelo núcleo gestor em regime de cooperação com todos que compõem a escola e com a comunidade”, primando assim por uma gestão democrática e participativa (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2015, p. 7).

A escola ainda não dispõe de Conselho de Classe, mas a criação desse Conselho é uma meta do PPP. Conta com o Conselho Escolar, que tem como atribuições:

[...] deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola, além de participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico; analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2015, p. 21).

Desse modo, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (2015), a escola prima por uma gestão democrática, pautada pelos princípios da ética, do respeito a diversidade e pluralidade de ideias, das decisões compartilhadas e coletivas, em que toda a comunidade escolar e local é instigada a opinar e colaborar com o desenvolvimento da escola e a construção do saber.

Sendo assim, dando prosseguimento às discussões sobre como se desenvolve a gestão na escola Borges de Sousa, analisaremos agora os dados coletados com a pesquisa de campo.

3.2. RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

A partir de agora discutiremos as respostas obtidas com a aplicação dos questionários de pesquisa. No que diz respeito à primeira pergunta, quando questionados (as) sobre o que entendem por gestão democrática, os (as) pesquisados (as) foram unânimes em dizer que é uma gestão que oportuniza a participação de todos os segmentos da escola. Por as respostas obtidas, nota-se que eles (as) entendem participação como a possibilidade de opinar nas tomadas de decisão da escola, bem como o fato de serem ouvidos (as) pela gestão.

Quanto ao segundo questionamento, que se propôs a investigar se os (as) pesquisados (as) conheciam a legislação que trata da gestão democrática nas escolas, dos (as) 11 respondentes, 72, 8% disseram que não e 27,2% que sim. Seguem as especificações dos (as) investigados (as) que disseram conhecer a legislação:

Pesquisado (a) A: “A lei nº 10.576 de 14 de novembro de 1995 que estabelece princípios para a educação brasileira”. Na verdade, a referida lei dispõe mesmo sobre a Gestão Democrática do Ensino Público, mas não é Lei federal nem do estado do Piauí. É uma legislação do estado do Rio Grande do Sul, que, inclusive, foi atualizada pela Lei nº 13.390, de 15 de maio de 2012.

Pesquisado (a) B: “Conselho Escolar”. O (a) respondente só se referiu ao conselho escolar, que é um dos instrumentos previstos na LDB/1996 como um princípio da gestão democrática.

Esses resultados podem denotar que há um desconhecimento por parte dos educadores sobre a legislação que trata da gestão. De modo geral, tal fato nos faz refletir sobre a necessidade de investimentos em formação continuada, bem como a respeito de haver uma maior valorização dos profissionais da educação, pois, ao serem mal remunerados, muitos educadores chegam a trabalhar três turnos diariamente. Supõe-se que isso dificulta a disponibilidade de tempo para se atualizar sobre assuntos relevantes da sua área de atuação, o que é de fundamental importância para a melhoria da qualidade da educação ofertada.

No que se refere à escola investigada, constam no Projeto Político Pedagógico, metas voltadas a formação continuada dos docentes. Talvez, essa seja uma bandeira que deva ser ainda mais defendida pela gestão da escola frente à Secretaria de Educação e os órgãos competentes.

Quanto à avaliação que fazem da atuação da gestão da escola, 100% afirmaram que positiva. A maior parte das respostas aponta que todos os setores da escola participam das decisões e que o gestor é aberto a discutir e ouvir as opiniões de todos. A seguir, algumas das respostas dadas pelos (as) respondentes:

Pesquisado (a) B: “Porque este atua de forma democrática, possibilitando a todos os envolvidos participarem das decisões a serem tomadas na escola”.

Pesquisado (a) C: “Porque faz realmente a coisa acontecer através de seu empenho e dedicação”.

Pesquisado (a) D: “Porque o gestor é aberto e acessível a sugestões de funcionários, alunos e todo o conselho escolar”.

Pesquisado (a) E: “Porque é uma gestão que cumpre na prática sua função. É atuante e sempre está apto a auxiliar todos que formam a equipe escolar”.

Questionados se consideram a gestão da escola democrática, 100% denotou que sim. Nota-se que o conceito de gestão que deram na primeira pergunta do questionário foi reafirmado aqui, ao se referirem à gestão da sua escola. A participação nas tomadas de decisão sempre está contida nos discursos dos (as) pesquisados (as):

Pesquisado (a) F: “Porque todas as decisões são tomadas de acordo com todos os funcionários, tudo é claro e transparente”.

Pesquisado (a) G: “A gestão sempre abre espaço para que possamos dar nossas opiniões e sugestões”.

Quando interrogados quanto a se sentirem motivados a colaborar com as ações, atividades e projetos propostos pela gestão, 100% respondeu que sim. As respostas dadas pelos (as) respondentes podem ser resumidas nas seguintes

justificativas: quando há participação nas tomadas de decisão o grupo se sente mais motivado a colaborar com o que é proposto; o trabalho, quando é reconhecido e valorizado, torna a equipe mais solícita; o gestor “não é um chefe é um líder” (Pesquisado (a) D); a gestão sempre motiva a equipe e dá suporte no que é necessário para realização dos projetos; “os projetos são dinâmicos e causam impacto na comunidade” (Pesquisado (a) F); os projetos auxiliam na aprendizagem dos educandos; o gestor sempre estimula o educador a buscar mais conhecimentos; mensalmente há reuniões para traçar metas e elas são colocadas em prática por todo o grupo;

Percebe-se que a equipe é bem integrada e satisfeita com o trabalho da gestão, que parece se dedicar para promover atividades diferenciadas na escola, contando com a participação e colaboração da equipe. Entretanto, nos chamou a atenção a justificativa de um (a) dos (as) professores (as) pesquisados (as):

Pesquisado (a) H: “[...] todas as ações são em benefício de todos que fazem parte da escola (alunos e funcionários)”. O (a) educador (a) considerou como integrantes da escola apenas alunos (as) e funcionários, extinguindo desse contexto pais e comunidade local, o que nos leva a refletir se isso é um reflexo do trabalho desenvolvido pela gestão, que dispensaria menos atenção a comunidade externa ou se é mesmo uma visão particular do (a) professor (a) e que não tem relação nenhuma com a atuação da gestão.

Levando-se em consideração as respostas dadas pelos (as) demais pesquisados (as), acredita-se que a segunda proposição seja a mais condizente com a realidade. Porém, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada buscando identificar também a visão da comunidade externa sobre a gestão da escola. Em trabalhos posteriores essa pesquisa pode e deve ser enriquecida.

Questionados se já participaram de alguma tomada de decisão da escola, 91% afirmou que sim e 9% que não. Dentre as situações em que eles têm a oportunidade de tomar decisão, foram citadas: reuniões de pais e mestres, planejamentos, realização de eventos e projetos na escola, reuniões de conselho escolar, elaboração do Projeto Político Pedagógico e em situações que surgem no cotidiano escolar.

É válido destacar que um (a) dos pesquisados (as), apesar de indicar em todas as outras seis respostas que a gestão estimula a participação e as decisões coletivas, afirmou que nunca participou de nenhuma tomada de decisão.

Quando interrogados se achavam que a gestão conhecia seus anseios e opiniões, 81,8% responderam que sim e 18,2% que não. Ressalta-se que os que responderam negativamente foram o vigia e a zeladora, o que pode indicar que talvez as opiniões e anseios desses segmentos não estejam sendo considerados, como eles gostariam, pela gestão da escola.

Com base nesses resultados, verifica-se que a gestão da escola se preocupa em ouvir, motivar e envolver sua equipe nas decisões, atividades e projetos que são desenvolvidos, o que repercute no modo como ela colabora com o que é proposto. Esse trabalho em equipe contribui com a oferta de uma educação significativa na escola. Entretanto, nota-se que a escola, bem como o trabalho da gestão apresenta

algumas fragilidades que precisam ser repensadas e rediscutidas visando à oferta de uma educação cada vez mais de qualidade para a comunidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante tudo isso, percebe-se que a gestão da escola é bem aceita pela sua equipe e que busca valorizar a opinião e instigar a participação de todos nas atividades e decisões a serem tomadas, o que reflete no engajamento dos educadores com as propostas da gestão e, conseqüentemente, com a qualidade da educação ofertada nessa instituição de ensino. Isto vai ao encontro do que afirma Lück (2009, p. 69) que “escola democrática é aquela em que seus participantes estão coletivamente organizados e compromissados com a promoção da educação de qualidade para todos”.

Nota-se que, mesmo a escolha dos diretores no município acontecendo por meio de indicação política, a gestão da escola investigada é democrática. Seu dirigente é responsável e comprometido com sua equipe e com a educação. Todavia, a gestão da escola ainda apresenta fragilidades que precisam ser repensadas e rediscutidas.

Destaca-se que algumas metas propostas no PPP precisam ser efetivamente colocadas em prática, tais como a implantação dos conselhos de classe e investimentos em formação continuada para os servidores. Essas ações podem contribuir ainda mais com o desenvolvimento da escola.

Nesse contexto, compreende-se que a gestão democrática deve ser o modelo a ser adotado pelas escolas na busca de uma educação plena e que contribua com a transformação social almejada. A comunidade escolar e local deve ser incentivada não só a participar das decisões, mas também a contribuir para que as ações planejadas e discutidas sejam de fato materializadas.

Por tudo isso, acredita-se que quando a comunidade escolar participa efetivamente das decisões e processos escolares se sente mais motivada a colaborar e contribuir com a construção de uma educação mais significativa e de qualidade. Portanto, no século XXI a gestão escolar deve se direcionar para essa via do diálogo, da democracia, do respeito e da ética.

Frente a isso, espera-se que este trabalho venha despertar novas pesquisas sobre a temática abordada de forma que promova um maior debate e reflexão sobre o assunto, proporcionando a ampliação de conhecimentos e contribuindo com uma maior compreensão sobre a relevância da gestão democrática e participativa no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Gestão da Educação Escolar**. Ministério da Educação, Brasília:Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/06_gest_edu_esc.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016.

_____. **Plano Nacional de Educação (2014-2024)**. Ministério da Educação, Brasília, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20 metas.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 jun. 2016.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Gestão democrática na escola, ética e sala de aula**. Revista ABC Educatio. São Paulo, n. 64, v. 64, p. 30-33, [2007]. Disponível em: <http://luckesi.com.br/textos/abc_educatio/abceducatio_64_gestao_democratica_da_escola.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências**. Curitiba: Positivo, 2009. Disponível em: <http://www.fundacoes.org.br/uploads/estudos/gestao_escolar/dimensoes_livro.pdf>.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <<http://www.teoriadacomplexidade.com.br/textos/textosdiversos/SeteSaberes-EdgarMorin.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

PIAUI (Estado). Governo do Estado do Piauí. **Decreto nº 12.765 de 17 de setembro de 2007**. Regulamenta o art. 119 de Lei Complementar nº 71, de 26 de julho de 2006, disciplinando a gestão democrática nas escolas da Rede Pública Estadual de Ensino no Piauí e dá outras providências. Piauí, 2007. Disponível em: <

<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/13562>>. Acesso em: 01 jun.2016.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **Escola Municipal Borges de Sousa**. Picos, 2015.

SILVA, Nilson Robson Guedes. **Gestão Escolar Democrática**: uma contextualização do tema. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 5, n. 6, p. 91-106 jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/306/340>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

TAVARES, Wolmer Ricardo. **Gestão Pedagógica**: gerindo escolas para a cidadania crítica. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

ABSTRACT: The main objective of this article is to analyze how the management of the Borges de Sousa municipal school in the city of Picos-PI develops, verifying the degree of involvement of the internal school community in decision-making, as well as the projects and activities proposed by management. In this context, it must be emphasized that educational management in the 21st century must be based on democratic principles, prioritizing dialogue, participation and decentralization of decisions. Therefore, the choice of this theme arose from the need to discuss in a deeper way the relevant role of school management in the construction of a quality education. Thus, the research is a case study carried out in a municipal school in the city of Picos-PI. In relation to the nature of the research, it is of the qualitative type. As a data collection instrument, a questionnaire was applied to teachers, watchmen and custodians of the school on November 2015. It was verified that the management of the investigated school is concerned with listening, motivating and involving its team in the decisions, activities and projects that are developed, which has repercussions in the way the team collaborates with what is proposed by the managers and that contributes with the offer of a meaningful education in school. However, it is noted that the school, as well as the work of the management presents some weaknesses that need to be rethought and rediscussed aiming at the provision of an increasingly quality education for the community.

KEYWORDS: School Management. Participation. Democratic Management.

Sobre os autores

Adriano Amaro da Silva Graduando em Serviço Social pela Faculdades Integradas de Patos (FIP); E-mail para contato: adrianoamaro100@gmail.com

Alessandra Maia Lima Alves Professora do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora, Membro do corpo docente do Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública – CAEd/UFJF; Coordenadora do Grupo de Estudo Sistema de Ensino-Gese/UFJF; Graduada em Pedagogia pela Universidade de Viçosa; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora; e-mail: alesandramaia@bol.com.br

Amanda Silva de Lima Advogada OAB/PB; Graduação em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista voluntária no projeto: Diagnóstico Psicossocial e Capacitação de agentes de combate a vulnerabilidades sociais; E-mail para contato: mandalimasl@gmail.com;

Ana Lúcia Andruchak, Professora Assistente na UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso. Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (1994). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2007). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016). Pesquisadora na Área da Formação de Professores, Currículo, Ciclos de Formação Humana, Políticas Educacionais e Financiamento da Educação. Tem experiência na área da Educação Básica e na Formação docente, atuando principalmente nas seguintes temáticas: Didática, Currículo, Estágio Curricular Supervisionado, Metodologia Científica, História da Educação, Educação Infantil, Unidocência e disciplinas específicas para a Formação Docente.

Ana Paula Ferreira Agapito Professora das Faculdades Integradas de Patos (FIP); Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail para contato: anaagapito@fiponline.edu.br ou anaagapito@hotmail.com

Angely Dias da Cunha Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Conservadorismo (GEPECON) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – E-mail: gelly.cunha@hotmail.com

Arlene Benício de Melo Alves Professora da Educação Básica pela Prefeitura do Recife – PE; Coordenadora Municipal do Ensino Fundamental – Anos finais em

Igarassu – PE; Graduada em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco – UPE; Pós-graduada em Psicopedagogia pela mesma instituição; Também apresenta especialização em Educação Especial Inclusiva; Já atuou como Orientadora de Estudo do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). E-mail: arlenebenicio@gmail.com

Bruno Neves da Silva Graduação em Bacharelado em Enfermagem pelo Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Cajazeiras-PB. E-mail para contato: ufcgbruno@gmail.com.

Claudivania de Almeida Laurentino Graduanda em Serviço Social pela Faculdades Integradas de Patos (FIP); E-mail para contato: claudivania.almeida@hotmail.com

Constantin Xypas Professor Visitante da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas-PPGCISH/UERN; Licenciatura em Humanidades (Letras clássicas, História e Filosofia) da Universidade de Atenas, Grécia (1972); Graduação (1974), Mestrado (DEA) (1976) e Doutorado (1978) em Ciências da Educação na Universidade de Caen, França; Habilitation à Diriger des Recherches (Pós-Doutorado) em Ciências da Educação da Universidade de Paris 8, França (1999); membro da Rede Interdisciplinar e Interinstitucional Êxito Escolar, Empoderamento e Ascensão Social (RIEAS).

Danielle dos Santos Costa Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, *Campus* Santa Maria da Boa Vista; Graduação em Letras – Língua Inglesa e Respectivas Literaturas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Dannyel Brunno Herculano Rezende Professor de Sociologia do Estado do Rio Grande do Norte (SEEC/RN) e Professor-Supervisor do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência / PIBID (Capes/UFRN). Graduado e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte / UFRN. Doutorando em Ciências Sociais pela mesma universidade (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / PPGCS). Membro do Grupo de Pesquisa Mythos-Logos / UFRN. Áreas de interesse de pesquisa: Educação, Religião e Política (interfaces: Mídia e Política e Religião e Política). [E-mail: drezende@bol.com.br](mailto:drezende@bol.com.br)

Erivana D'Arc Daniel da Silva Ferreira Assistente em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro do corpo técnico-administrativo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), *campus* Cariri; Especialização em Prática Docente no Ensino Superior pela Faculdade Integrada de Patos (FIP), Crato-CE; Mestranda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do

Cariri (UFCA); – Grupo de pesquisa: Tecnologia Ambiental e Desenvolvimento Social; Ciências Aplicadas e Tecnologia (IFCE/*campus* Juazeiro do Norte); E-mail para contato: erivanadarc@gmail.com.

Fernanda Ramalho dos Santos Carvalho Graduada em Serviço Social pela Faculdades Integradas de Patos (FIP); E-mail para contato: fernandarmh@hotmail.com

Germana Lima de Almeida Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialista em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Bolsista da Fundação Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Hiago Felipe Lopes Graduação em andamento em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa, campus João Pessoa; E-mail para contato: hiagolog@gmail.com

Ilca Andrade de Lima Especialização em Educação Infantil pela Universidade Federal da Paraíba; Graduação em Pedagogia, pela Universidade Federal da Paraíba; E-mail: ilca.adelima@hotmail.com

Iuska Kaliany Freire de Oliveira Graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Especialização em Assessoria de Imprensa pela Universidade Potiguar (UnP); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Jéfitha Kaliny dos Santos Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa sobre o Conservadorismo (GEPECON) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – E-mail: jeh_fitha@hotmail.com

Jonas Cordeiro de Araújo Graduação em andamento em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa, campus João Pessoa; Bolsista voluntário no projeto: Diagnóstico Psicossocial e Capacitação de agentes de combate a vulnerabilidades sociais; E-mail para contato: jonas.adm2014@gmail.com

José Cleóstenes de Oliveira Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA), *campus* Crato-CE; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Prática Docente do Ensino Superior das Faculdades Integradas de Patos-PB; Graduado em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato-CE; Pós-Graduado *Lato Sensu* em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado

de Oliveira (UIVERSO), Niterói-RJ; Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Cariri (URCA), *campus* Crato-CE; E-mail para contato: j.cleostenes@outlook.com

Josilene Queiroz de Lima Supervisora Educacional na rede municipal de Catolé do Rocha – PB. Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Membro do Grupo de Pesquisa Ateliê Sociológico Educação & Cultura. E-mail para contato: supervisorajosi@gmail.com

Liélia Barbosa Oliveira Professora das Faculdades Integradas de Patos (FIP); Graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Mestrado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); E-mail para contato: lieliaoliveira@fiponline.edu.br ou lieliapb@hotmail.com

Luciana Letícia Barbosa Silva Gomes É natural de São Luís – MA. Graduada em Pedagogia pela Universidade Ceuma (UNICEUMA), Especialista em Psicopedagogia e graduanda de Direito pela Universidade Ceuma (UNICEUMA).

Manoel Dionizio Neto Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Filosofia e Educação (GEPEFE) e do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaço e Tempo (GET); e-mail para contato: dionizioneto@uol.com.br.

Maria Cláudia Paes Feitosa Jucá Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialista em Questões de Gênero e Educação para Cidadania pela Universidade de Évora-Portugal, revalidado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestrado em Educação pela Universidade de Évora-Portugal, revalidado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); E-mail para contato: claudiafjuca1@hotmail.com

Maria do Carmo Barbosa de Melo Doutora em Educação, área de conhecimento de Metodologia do Ensino da História e das Ciências Sociais, pela Universidade do Minho (2007). Professora Adjunta M03 – II C, da Universidade de Pernambuco, no âmbito da Graduação e da Pós-Graduação. Scrito-Sensu, Coordenadora Geral do PARFOR – UPE. Presidente regional do FORPARFOR Nordeste, atuando principalmente nos seguintes temas: História e Cultura Afro-brasileira nas práticas pedagógicas; Concepções e práticas do Ensino de História e Consciências História/Consciência Social e História Ambiental.

Maria Viriândia de Moura Luz Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte;- Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia e graduação em Bacharelado em Comunicação Social, ambas pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), *campus* de Picos; Especialização em Gestão Educacional pela Faculdade Integrada de Patos (FIP), Crato-CE; Mestranda em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); E-mail para contato: virlandialuz@gmail.com

Marineide da Mota Mercês Mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte. Especialista em Psicologia Jurídica e Graduada do Curso Formação de Professores em Psicologia pela Faculdade FRASSINETTI do Recife – FAFIRE. Colaboradora da Comissão de Educação do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco 2ª Região – CRP 02. Psicóloga do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – Limoeiro – PE.

Miriam Raquel Piazzini Machado Professora Titular do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora; Membro do corpo docente da Especialização em Educação no Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora; Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Educação pelas FCT/Unesp – Campus Presidente Prudente; Doutorado em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis; E-mail para contato: miriam.machado@ufjf.edu.br

Otacílio Gomes da Silva Neto Professor da Universidade Estadual da Paraíba; Graduação em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (2003); Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal (2005); Doutorado pelo Programa Integrado de Doutorado em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal de Pernambuco (2017); Membro da Associação Brasileira de Estudos do Século XVIII; E-mail: otacilio.uepb@hotmail.com

Patrícia Cristina de Aragão Doutora em educação; Mestre em economia; Graduação em história; Graduação em psicologia; Professora do programa de pós-graduação em formação de professor; Professora do programa de pós-graduação em serviço social; Coordenadora do grupo de pesquisa história, cultura e ensino.

Raquel Martins Fernandes Mota Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa (cooperação técnica) / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (instituição de origem); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino da Universidade de Cuiabá e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso; Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Pós Doutorado em andamento em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba; Grupo de pesquisa: Humanidades e

Sociedade Contemporânea do IFMT; E-mail para contato: raqueldejesus14@gmail.com

Rodrigo Ribeiro de Oliveira Pinto Graduação em andamento em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa, campus João Pessoa; Bolsista voluntário no projeto: Diagnóstico Psicossocial e Capacitação de agentes de combate a vulnerabilidades sociais; E-mail para contato: rrsrgt24@gmail.com

Ronaldo Silva Júnior É natural de São Luís – MA. Graduado em Direito pela Universidade Ceuma (UNICEUMA), Especialista em Direito Penal e Direito do Consumidor pela Universidade Estácio de Sá. Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA/Campus Pinheiro.

Rosiléa Agostinha de Araújo Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialista em Língua, Linguística e Literatura pela Faculdade São Francisco da Paraíba (FASP); Grupo de Pesquisa: Vivências de Inclusão na Educação; E-mail para contato: leia.uece@hotmail.com

Tercio Ramon Almeida Silva licenciatura plena em filosofia pela uepb; especialista em fundamentos da educação pela uepb; especialista em educação em direitos humanos pela UFPB; Mestre em formação de professores pela UEPB; Professor da rede pública estadual da Paraíba lotado na escola jornalista José Leal Ramos em São João do Cariri-PB; Supervisor do PIBID diversidade da UFCG CDSA campus Sumé-PB

Zélia Maria de Lima Pinheiro Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Letras pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras - FECLI/Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialização em Literatura Brasileira pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato-CE; Mestrado em Teologia, linha de pesquisa Educação Comunitária para Infância e Juventude, pela Escola Superior de Teologia de São Leopoldo, RS; E-mail para contato: zeliamlp@gmail.com

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93243-79-0



9 788593 243790